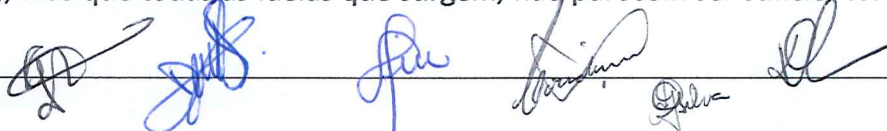
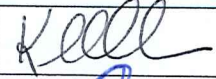
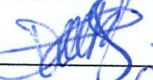
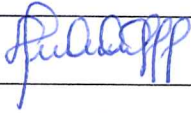
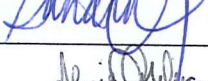
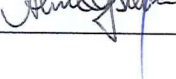
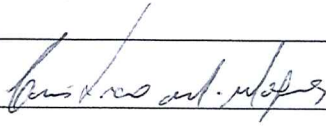
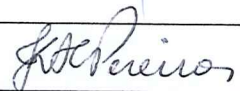
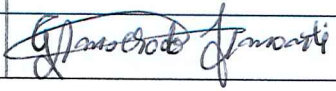


ATA DA REUNIÃO DO CACS/FUNDEB DE FRANCA (SP)

Aos vinte e quatro dias do mês de abril, do ano de dois mil e dezenove, às oito horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, foi realizada reunião ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB tendo como pauta a Socialização de Conferência de Notas e Serviços; Socialização de Conferência da Folha de Pagamento; Esclarecimentos sobre os processos de compras e serviços: Material Coletivo; Equipamentos para alarmes; Monitoramento das escolas; Ampliação de carga horária - Professores/ 40 horas; Devolutiva sobre a sugestão de contratação de funcionários para a Educação; Parecer Trimestral e outros assuntos pertinentes. Diante de todos os pontos tratados, e amplitude dos assuntos, foi definido por este Conselho, com aval da Presidente, que diante da necessidade da ata do Parecer Trimestral, ser anexada ao Documento do Parecer Trimestral, deste Conselho, a ata será dividida em duas partes, tendo a outra explicitado o parecer trimestral e esta tratando dos demais assuntos abordados. A presidente iniciou a reunião dando boas vindas a todos e apresentando um funcionário da empresa de Alarmes contratada pela Prefeitura Municipal de Franca, o qual diante de diversos questionamentos realizados, sobre o contrato de prestação de serviços, mostrou-se sem explicações e orientações, alegando que a empresa para qual trabalha foi terceirizada, pela empresa que ganhou a licitação, e ele não tinha respostas para as indagações feitas. Foi observado pelo Conselho que, no contrato da licitação, existe uma observação que a empresa vencedora, fica impedida de terceirizar o serviço. Diante dos fatos, a presidente solicitou que o valor gasto com o monitoramento de alarme ineficaz, bem como o valor pago para a empresa de vigias (para as escolas em feriados prolongados) seja estornado da verba do FUNDEB. Em seguida, a Conselheira Cristiane Maiella tomou a palavra e expôs novamente, como já tem falado em reuniões anteriores, sobre a importância, necessidade e urgência da contratação de inspetores, diante de tantos problemas enfrentados no cotidiano escolar, que se intensifica perante a falta deste profissional. O Sr. José Marcos fez uma breve explanação da Lei de Responsabilidade Fiscal e disse que conversou com a Secretária Tânia, ontem, e disse que vê uma grande dificuldade, frente ao atual cenário, de ser possível as contratações solicitadas pelas Secretarias, não só da Educação, mas de todas as outras Secretarias. A Presidente reiterou a participação deste Conselho, no alerta contínuo de todas as reuniões, pela necessidade de contratação de todos os cargos citados em reuniões anteriores. A Presidente também colocou como observação que a ampliação de 40 horas, com o intuito de diminuir a falta de professores, para as substituições, seria uma opção de diminuir o impacto de problemas. A Senhora Renata Natal, expôs que logisticamente não há faltas de professores, porém os professores que estão "excedentes" são os que suprem a falta dos professores e que a demanda de faltas é uma questão que sempre é pensada, visto que medidas solicitadas já foram tomadas (como a ausência de formação de formações nas segundas e sextas-feiras), mas que todas as ideias que surgem, não parecem ser suficientes



para sanar este problema. A presidente expõe que acredita na necessidade de cobrança contínua da Secretaria da Educação, sobre os serviços solicitados e contratações a outras Secretarias, visto que sabe-se que os pedidos saem da Secretaria da Educação, porém diante da demanda desta Secretaria, talvez seria interessante ter um responsável somente para a cobrança diária e contínua de tudo que foi solicitado. O senhor Hernani, em seguida se colocou, explicitando toda a logística pensada pela SME, porém mesmo que exista uma contratação de 100, 200 ou 1000 professores, todos eles poderão ter o mesmo direito, de abonar, TRE ou LS, nos dias de maior demanda de faltas, segunda ou na sexta, portanto, também pensar em contratações, não supriria a falta de professores. O senhor José Marcos solicita que a lista de contratações seja enviada, de forma atualizada, após o PDV, para o Setor de Recursos Humanos, para que seja analisado. A Conselheira Liuvânia solicitou à Senhora Renta Natal que as listas de solicitações enviadas a outros setores, que seja repassada a Maria Lúcia Fenato, com o intuito de expor que os pedidos estão sendo realizados pela SME, para um acompanhamento eficaz deste Conselho. Após este momento, os conselheiros que fizeram investigação de campo, para verificar se existe alguma irregularidade no setor de transporte, tomaram a palavra. Acompanhou também, o senhor Frank (vice-prefeito), e relatou que não apresentou irregularidades. A Conselheira Sandra Calandria também acompanhou a investigação de campo e não observou irregularidades, detalhando todo o circuito realizado pelo ônibus. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e, para constar eu, Débora Garcia, secretaria, do CACS/FUNDEB deste município, lavrei a presente ata que segue assinada pelos conselheiros presentes neste ato.

(T) Kênia Pacheco		(S) Janice Amorim	
(T) Débora Quintanilha		(S) Fernanda Andrade	
(T) Joyce Granzoti		(S) Liuvânia Barcelos	
(T) Sandra Calandria		(S) Ana Paula Vanini	
(T) Aline Gonçalves		(S) Cristiane Maiella	
(T) Rosângela Ferrari		(S) Raquel Richel	
(T) Karina Pereira		(S) Hernandes Júnior	
(T) Eliana Pimenta		(S) Maria Silva	
(T) Gilsirlei Santana		(S) Luís Fernando Amparato	
(T) Andreia Braguim		(S) Maria Izabel Alves	
(T) Glaucia Limonti		(S) José Luiz Pimenta	

(T) membros titulares (S) membros suplente